

COMO, E POR QUÊ, DERRUBAMOS O REITOR EM RONDÔNIA

Estevão Rafael Fernandes

Professor do Departamento de Ciências Sociais da UNIR



O movimento de docentes e estudantes contra a situação de descaso e completo abandono material em que se encontra a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), que culminou com a renúncia do reitor José Januário Amaral após mais de 70 dias de greve e 50 dias de ocupação da Reitoria, é relatado pelo autor em tom confessional. Ele registra que o MEC não se impressionou com um vasto dossiê apresentado contra o então reitor, cujos desmandos e ilícitos financeiros beneficiavam a Fundação Riomar, entidade privada dita “de apoio” à UNIR

Em 23 de novembro de 2011 a página do Ministério da Educação na Internet anunciava em nota que o professor José Januário de Oliveira Amaral, reitor da Universidade Federal de Rondônia, havia apresentado renúncia naquela manhã ao ministro Fernando Haddad. Mais do que uma decisão burocrática ou política, os caminhos que levaram a essa decisão somente podem ser entendidos se olharmos as coisas retrospectivamente, em um roteiro que inclui desde professores brigando em assembleias da categoria (trocando tapas, mesmo), até ameaças de morte a alunos e professores. Desde que foi anunciada a renúncia é a primeira vez que me debruço sobre o assunto, de modo que tomarei aqui e liberdade — e espero poder contar aqui com sua compreensão — de escrever as coisas em tom mais confessional, sem o formalismo ao qual nos acostumamos na academia.

No final de agosto de 2011 alguns alunos foram se unindo em nosso campus, em Porto Velho, para discutir a situação de abandono da Universidade. As coisas por aqui estão realmente caóticas e a visão da UNIR choca. Nossa instituição fica entre o canteiro de obras da Usina de Santo Antônio no rio Madeira (os tremores no campus, causados por explosões, são frequentes) e o lixão municipal (na época de seca, o lixo é queimado e a fumaça tóxica toma conta do campus), e em frente a um cemitério. Estamos a cerca de 10 km do centro de Porto Velho, perdidos em algum

lugar a caminho de Rio Branco. A coisa é tão assustadora que no dia 6 de setembro, por exemplo, tivemos um funcionário acidentado e a ambulância do SAMU veio apenas 30 minutos depois de acionada.

O mesmo se pode dizer das frequentes queimadas na rodovia onde nos encontramos: o Corpo de Bombeiros já disse que não nos atenderia, pois estamos fora do perímetro urbano da cidade... Mais do que isso: há frequente falta de luz, não há hidrantes, extintores de incêndio, iluminação, segurança, muitas obras paradas, poucos professores e técnicos, falta de água no banheiro, não temos água para beber, papel higiênico... Circulou na internet um laudo feito pelo Corpo de Bombeiros de Porto Velho apontando a completa falta de segurança à qual nos submetemos para, afinal, trabalhar na UNIR ([link 1](#)).

“Na manhã de 14 de setembro, em assembleia sem pretensões, votou-se um indicativo de greve e os professores decidiram paralisar as atividades. À tarde, os alunos endossaram o movimento. Em pauta: a necessidade urgente de condições mínimas e dignas de trabalhar, pesquisar e estudar”

Enfim, os alunos foram se reunindo e trazendo à tona essas questões. Nesse meio tempo, os professores assinalavam timidamente uma tentativa de greve, em alguma medida sem contar com o apoio da associação local de docentes, dirigida por partidários do (agora ex) Magnífico. Na manhã do dia 14 de setembro, em uma assembleia sem maiores pretensões, votou-se um indicativo de greve que estava na pauta e, para a surpresa de muitos, os professores decidiram paralisar suas atividades. À tarde, foi a vez de os alunos endossarem o movimento. A pauta não tinha nada a ver com salário (que, aliás, nunca chegou a ser colocado em discussão), mas com a necessidade urgente de termos condições mínimas e dignas de trabalhar, pesquisar e estudar.

Como é possível, por exemplo, que em plena Amazônia (onde chove torrencialmente durante metade do ano), sequer haja uma cobertura decente nos pontos de ônibus? Onde deveria haver escadas e rampas, os alunos e professores têm que descer pela lama, correndo o sério risco de se machucar — isso sem contar as inúmeras caranguejeiras, cobras e ratos com os quais temos que conviver, dado o acúmulo de mato e lixo no campus. Malária e dengue, então, são coisa frequente por aqui...

Acontece que em 2008 o Magnífico (que era então o mesmo que agora deixou de ser) havia assinado um termo com alunos de diversos cursos, se comprometendo a melhorar o campus. Porém, em 2011, o então reitor respondeu à pauta gre-

vista afirmando que “*como se pode notar, pelo menos 95% das reivindicações feitas pelo Comando de Greve já foram cumpridas ou estão em fase de cumprimento*” (“Resposta à pauta docente”, 19 de setembro). Novamente, aos curiosos, tanto a resposta à pauta dos alunos e professores, quanto o termo assinado pelo professor Januário Amaral estão disponíveis *on line*, na página do DCE ([link 2](#)).

Como assim?! A Universidade caindo aos pedaços e nosso reitor nos diz que tudo estava às mil maravilhas?... A partir desse momento (20 de setembro), os comandos de greve dos alunos e professores se unificaram e a pauta mudou para a saída imediata do professor Januário de seu cargo. O Magnífico, então, convocou uma reunião no prédio da Reitoria (localizado no cento de Porto Velho), marcada para o dia 28 de setembro. No dia e hora marcada, ninguém pôde entrar no prédio, devido ao enorme número de agentes da Polícia Federal que lá estavam a pedido do reitor. Na página da Universidade, a assessoria de comunicação publicou nota com o título “Comando de greve estudantil muda pauta e nega-se a participar de reunião com Reitoria” ([link 3](#)).

A imprensa local, nesse meio tempo, se furtava de cobrir os fatos, dando quase sempre a versão da Reitoria sobre o que ocorria, reproduzindo nos sites as notas oficiais da administração da UNIR. Da mesma forma, o MEC recebia o (então) reitor de braços abertos, garantindo sua continuidade em nome da autonomia universi-

tária... Ao final de setembro houve uma assembleia no campus que, de certa forma, demonstra a maneira como os ânimos estavam. Um dos apoiadores do reitor tomou o microfone para defendê-lo, enquanto outro colega, grevista, gritava-lhe ao pé do ouvido palavras de ordem. Alguns segundos se passaram até que o colega anti-greve se exasperou e agrediu o colega grevista ([link 4](#)). A versão difundida na imprensa local foi de que o agressor teria sido o grevista (de camiseta listrada) mas, em tempos de redes sociais, logo essa informação foi desmentida. Surreal, mas ainda viria mais coisa por aí.

“Em 5 de outubro os alunos tomam a dianteira do processo. Em uma ação discreta, ao amanhecer, entram por uma porta lateral do prédio da Reitoria, em um momento de descuido do solitário guarda que lá estava. De lá somente saíram em 29 de novembro, após a queda do reitor”

Em 5 de outubro os alunos tomam a dianteira do processo, enquanto os professores seguiam se digladiando. Em uma ação discreta, ao amanhecer, entram por uma porta lateral do prédio da Reitoria, em um momento de descuido do

solitário guarda que lá estava. De lá somente saíram em 29 de novembro, após a queda do reitor. Nesse ínterim, começaram a pipocar denúncias de corrupção e desvios de recursos: fraudes em concursos, malversação de dinheiro público, convênios suspeitos, tráfico de influência por parte de poderosos políticos locais, superfaturamento de obras e licitações, uma relação promíscua com nossa fundação de apoio (Fundação Riomar), etc... As coisas foram tomando corpo até resultarem em um dossiê com 1.500 páginas de denúncias de irregularidades na gestão da Universidade.

Enquanto isso, no prédio ocupado, os alunos tinham que lidar com a falta de luz e de água (cortadas a mando do reitor): sua ocupação no prédio, segundo eles, tinha como único objetivo não permitir que eventuais provas de corrupção fossem retiradas da Reitoria. É possível que a administração da Universidade seja inocente de todas essas acusações mas a omissão do MEC no processo, até aqui, é no mínimo intrigante. Seja como for, em 11 de outubro, o MEC recebe uma comissão de alunos e professores da UNIR em Brasília e mesmo com as 1.500 páginas de denúncias resolve não considerar o pedido feito, por parte dos grevistas, de afastar o reitor enquanto durassem as investigações. Isso tudo quase um mês após a greve ser deflagrada. A imprensa nacional simplesmente não dava sequer uma nota de rodapé ao movimento, o MEC não parecia dar a mínima e os ânimos seguiam se acirrando. Como essas coisas aconteciam na



tão distante Amazônia, tínhamos certeza de que as coisas só iriam dali a pior. E acertamos.

No dia 21 de outubro apresentamos, aqui, uma das cenas mais dantescas que se pode presenciar em um Estado que se pretenda democrático e inimaginável sob a presidência de uma mulher que já foi, nos anos de chumbo, torturada. Um dos professores da UNIR, que nada fazia, a não ser chupar um pirulito em frente ao prédio da Reitoria, foi preso por agentes da Polícia Federal à paisana, armados e sem nenhuma identificação ([link 5](#)). Na mesma ação, um deputado federal foi agredido a golpes de cassetete por um dos agentes. As imagens falam por si sós. Também ao final de outubro, um jornalista relatou ter sido “visitado”, em casa, por agentes da Polícia Federal à paisana, após haver publicado uma nota do DCE ([link 6](#)). Mesmo assim, o poder público não tomou nenhu-

ma providência e o MEC, uma vez mais, deu de ombros... A imprensa nacional, idem.

Professor preso, deputado agredido, jornalista ameaçado... A coisa podia piorar? Vimos em seguida que sim...

A partir desse momento, e devido à mais completa inércia por parte do Estado, começaram a surgir as ameaças de morte e as perseguições. Perseguição mesmo, dessas que forçam o perseguido a trocar de carro no meio do percurso, ou a andar em grupo, ou a ficar com medo de andar na rua à noite sozinho. No interior do Estado, tivemos o carro de um professor grevista atacado com uma tijolada por um motoqueiro. Junto ao tijolo, um bilhete avisando ao professor que “o próximo vai ser na sua cara, seu filho de uma vadia”. Uma aluna foi visitada em casa por homens encapuzados que lhe vociferaram “você vai morrer”; outro teve o

vidro de seu carro quebrado, até bomba jogaram sobre um grupo de grevistas que saía de um programa de entrevistas.

Tivemos ainda alunos presos quando saíam de uma gráfica, com panfletos contrários ao reitor. Tivemos até um bilhete, colocado sob as portas dos departamentos e laboratórios, com os dizeres, em maiúsculas: “Não adianta cantar vitória antes do tempo, muita água ainda pode rolar... Segue [sic] alguns nomes que podem descer na enchente do rio” [segue-se uma relação de cerca de 40 nomes de alunos e professores]. Aos que não entenderam, “descer na enchente do rio” é uma forma poética de avisar que corpos seriam desovados no rio Madeira... Sim, em Rondônia professores e alunos são presos, perseguidos e ameaçados de morte, jornalistas visitados em casa e nada se faz. Engraçado que nisso e-mails e reportagens já cor-

riam pela internet, inclusive em vários portais de notícias ligados à esquerda brasileira e, mesmo assim, o MEC não fez nada. E, mesmo assim, nada de o Poder Público se pronunciar...

“Resta-nos buscar que todas as denúncias sejam devidamente apuradas e que, ao final, os eventuais culpados sejam punidos. Esperamos que o Estado reveja algumas de suas práticas: os muros de uma Universidade são sagrados, como também é o sangue de alunos e professores”

No dia 20 de novembro de 2011 surge uma reportagem no programa Fantástico, da TV Globo, apresentando algumas das denúncias contra o Magnífico ([link 7](#)). O que as 1.500 páginas de dossiê, mais de 70 dias de greve, 50 dias de ocupação da Reitoria, e denúncias de prisões, agressões, perseguições e ameaças não conquistaram, os 7 minutos e 34 segundos da reportagem conseguiram. No dia 23, apenas quatro dias após a reportagem, o professor Januário apresenta sua renúncia junto ao MEC e, uma semana depois (em 1º de dezembro), sai no *Diário Oficial* a vacância do cargo de reitor da Universidade Federal de Rondônia.

PARA CONFERIR NA INTERNET

- 1- Laudo do Corpo de Bombeiros:
<http://pt.scribd.com/doc/70785551/Laudo-bombeiros>
- 2- Documentos assinados pelo reitor na página do DCE:
<http://dceunir.blogspot.com/p/documentos-greve-geral-2011.html>
- 3- Reitoria divulga informação falsa:
<http://www.unir.br/index.php?pag=noticias&id=5083>
- 4- Defensor do reitor agride defensor da greve: <http://www.youtube.com/watch?v=AZIH7YRKRZM&noredirect=1>
- 5- Prisão de professor da UNIR:
<http://comandodegreveunir.blogspot.com/2011/10/nota-dos-professores-e-estudantes.html> e <http://passapalavra.info/?p=47901> u
- 6- Jornalista relata “visita” da Polícia Federal: <http://oglobo.globo.com/pais/jornalista-de-rondonia-diz-ter-sido-ameacado-por-delegado-da-pf-apos-publicar-texto-de-estudantes-em-greve-2896430>).
- 7- Reportagem no Fantástico:
<http://comandodegreveunir.blogspot.com/2011/11/e-fantastico.html>

Neste ponto a população local já demonstrava seu apoio ao movimento grevista, sendo bem frequente a visão na cidade de Porto Velho de carros pintados com os dizeres “Fora Januário” ou “Eu apoio a greve da UNIR”. Da mesma forma, diversos setores da sociedade civil — inclusive longe de Rondônia — manifestavam seu apoio e preocupação com a situação por aqui (agradeço a todos por isso, de coração). Agora, o desafio tem sido no sentido de tornar tudo isso uma mudança para além do meramente conjuntural. Trata-se de tentar superar todo um conjunto de práticas que tornaram possível que as coisas chegassem ao ponto em que chegaram...

A melhor definição do movimento da UNIR foi dada em vi-

sita do poeta amazonense Thiago de Mello aos estudantes que ocupavam a Reitoria, em novembro. Tratar-se-ia, segundo ele, de um movimento contra o assimesmismo — ou seja, contra a inércia, o conformismo... Resta-nos manter essa perspectiva e buscar, da melhor forma possível, assegurar que todas as denúncias sejam devidamente apuradas e que, ao final, os eventuais culpados sejam punidos. Além disso, esperamos que o próprio Estado reveja algumas de suas práticas: os muros de uma Universidade são sagrados, como também é o sangue de seus alunos e professores. Pena que tantos tivessem que sofrer, e de forma tão vil, para que pudéssemos, afinal, resgatar nosso direito à dignidade. Agora resta-nos fazer valer a pena.

CENTRO DA CRISE NA UNIR ERA A FUNDAÇÃO RIOMAR, PRIVADA, DITA “DE APOIO”

Rafael Nakamura
Estagiário de Jornalismo

Instalações caindo aos pedaços, obras inacabadas, sumiço de verbas de projetos: a Universidade Federal de Rondônia ia de mal a pior durante a gestão do reitor José Januário Amaral. A situação de descaso e abandono dos campi estava relacionada à existência de um esquema de corrupção e desvio de verbas na Fundação Rio Madeira (Riomar), dita “de apoio” à Universidade, e cujos dirigentes eram designados por José Januário.

“A UNIR é um ótimo exemplo de que as fundações só servem para desviar dinheiro”, afirmou o promotor Pedro Abi-Eçab

O movimento grevista na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) conseguiu importante vitória com a renúncia do reitor José Januário de Oliveira Amaral no final de 2011. As negociações com o MEC trouxeram benefícios reais para estudantes, docentes e demais funcionários, tais como a garantia de que serão providenciados os recursos financeiros necessários à inauguração do Hospital Universitário e à construção do restaurante universitário, de laboratórios e outras medidas. Contudo, a solução da crise da UNIR também exigiu o desmantelamento de uma “parceria” existente entre o então reitor e

uma entidade privada “de apoio”, a Fundação Rio Madeira, conhecida como Riomar.

Parcerias desse tipo tornam-se, com frequência cada vez maior, casos de polícia. O promotor de justiça Pedro Abi-Eçab, que integra o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público Estadual de Rondônia, sustenta que a Fundação Riomar, “formalmente criada para dar apoio à Universidade Federal de Rondônia, encontra-se desviada de sua função, em virtude da atuação de organização criminosa, atuando através de múltiplas condutas ilícitas e com divisão

de tarefas entre seus integrantes”. O reitor José Januário é “suspeito de envolvimento no esquema”, afirma ele. “A Universidade Federal de Rondônia é um ótimo exemplo de que as fundações só servem para desviar dinheiro, porque a universidade está caindo aos pedaços, está ao abandono”, sintetizou Abi-Eçab em entrevista ao *Fantástico* (20/11/12).

As denúncias de corrupção relacionadas à Fundação Riomar vêm de longa data, diz Talyta Soares, aluna do curso de psicologia da UNIR que participou do comando de greve em 2011. “A princípio a greve se deu pela falta de infraes-

trutura, mas com o passar das semanas fomos vendo que o dinheiro destinado à Universidade não chegava”, conta Talyta à *Revista Adusp*. “Começamos a investigar e uma das nossas denúncias mais graves envolvendo a UNIR foi a corrupção da Riomar, pois todo o dinheiro da universidade destinado a essa fundação simplesmente sumiu. Nosso grande questionamento era como o então reitor José Januário, sabendo que o dinheiro sumia, da corrupção existente e da falta de credibilidade dessa fundação, continuava a colocar lá todos os recursos dos maiores projetos da Universidade”.

Em tese, a Riomar deveria agilizar as contratações da UNIR e obter recursos para a instituição pública. Contudo, o discurso serviu apenas para justificar o desvio de verbas. A atuação da Riomar foi tão danosa que o promotor Abi-Eçab já impetrou 15 ações, nove delas de natureza penal, contra dirigentes e beneficiários da fundação, todos ligados ao reitor. Encontram-se em tramitação, além desses processos, “inquéritos civis e procedimentos investigatórios criminais os quais, em face do sigilo decretado, não podem ainda ser objeto de divulgação”, explica.

“A Fundação era usada como ‘laranja’, ou seja, as verbas recebidas por convênios vinham diretamente para a Riomar, e, com menor fiscalização e grande ingerência que havia, eram desviadas de inúmeras formas, dentre as quais se destacam pagamento de diárias, suprimentos de fundos e contratações fraudulentas de serviços que não eram prestados ou eram superfaturados”,

revela Abi-Eçab em ofícios enviados à Comissão de Sindicância do MEC e ao Ministério Público Federal (MPF).

Entre os denunciados está Oscar Martins Silveira, então diretor-presidente da Riomar, que contratou de um restaurante o fornecimento de 6.600 marmitas. O serviço nunca foi prestado, o que resultou num desvio de R\$ 54 mil. No cômputo dos vários processos movidos por Abi-Eçab, Silveira é acusado de se apropriar ilicitamente de mais de R\$ 170 mil. Outra dirigente da fundação acusada de se valer do cargo para desvio de verbas é Geruzza Vargas Vieira, executora de projetos, que teria se apropriado de R\$ 28 mil. José Virgulino Filho, diretor administrativo da Riomar, é outro acusado de apropriação indébita.

“O reitor, em razão de seu cargo, presidia o conselho responsável pela indicação da diretoria da Fundação”.

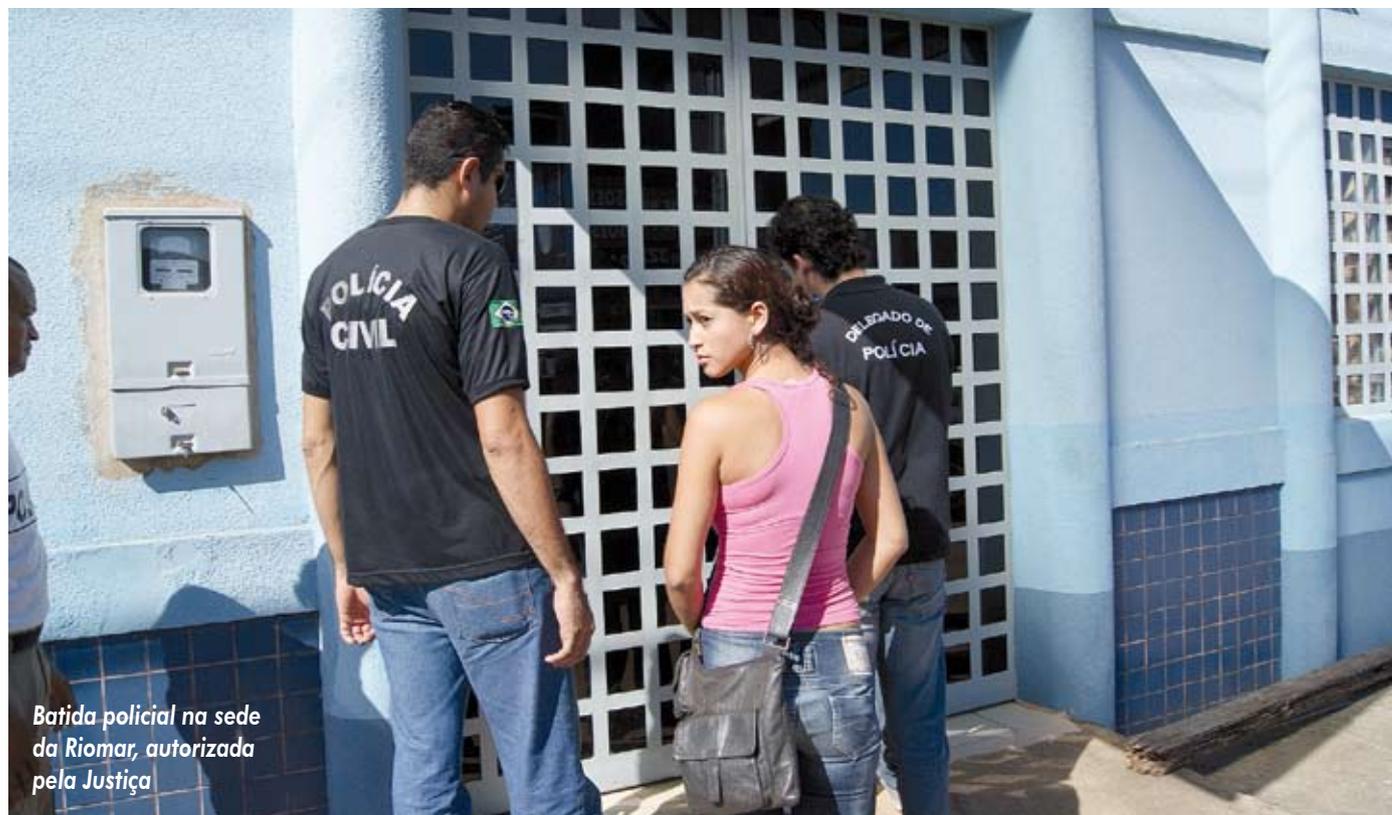
Os diretores, “em sua maioria pessoas sem gabarito acadêmico ou de gestão”, tinham em comum o fato de serem próximos do reitor, relata o promotor Abi-Eçab

Praticamente todos os acusados são ligados a José Januário, entre eles familiares e amigos íntimos do reitor. “O reitor, em razão de seu

cargo, presidia o conselho responsável pela indicação da diretoria da Fundação. As investigações mostram que os diretores da entidade eram em sua maioria pessoas sem gabarito acadêmico ou de gestão, mas próximos do ex-reitor”, relata Abi-Eçab. Logo após seu pedido de renúncia, José Januário se absteve de comentar as denúncias relativas à Riomar. Em entrevista à *Folha de S. Paulo* disse que respondia pela UNIR e não pela fundação: “Indiquei a diretoria, mas, se as pessoas fizeram algo de errado, devem responder por isso”.

A Tecsol, apontada pelo Gae-co como empresa “de fachada” e que firmou diversos contratos com a Riomar, já teve como sócios dois sobrinhos do então reitor: Shewrem da Silva Amaral e Henrique Amaral de Oliveira. Além deles, figuram como principais gestores da empresa Daniel Delani, companheiro de José Januário, e Luiz Carlos Perrone Negreiros, amigo deste. “A Tecsol vendia de tudo. Alugava barcos, carros, vendia papel. Fez até estudos de impacto ambiental”, diz Carlos Ferreira da Silva, professor da UNIR. “Tenho absoluta certeza de que, em todos os problemas que a UNIR atravessa, a fundação ou foi o principal motivo ou ‘colaborou’ muito. A maioria dos recursos dos projetos dos docentes sumiu das contas na Fundação Riomar”, completa.

O promotor Abi-Eçab traça o seguinte perfil da fundação, nos documentos enviados ao MPF e ao MEC: “Contornando as formalidades legais exigíveis para contratação com ente público, a Fundação



Batida policial na sede da Riomar, autorizada pela Justiça

Rio Madeira é utilizada para captar recursos junto a entes públicos e privados. Deve-se lembrar que a milionária bancarrota da Fundação Rio Madeira ocorre num período de grande aporte de recursos por parte de órgãos públicos e das usinas hidrelétricas do Madeira, o que reforça a intensidade das fraudes perpetradas nos últimos anos”.

Ainda segundo Abi-Eçab, por pouco as ações criminosas não se expandiram para o interior de Rondônia: “Chegou-se a tentar criar uma nova fundação no *campus* Guajará-Mirim, com mísero capital de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) formalmente para ‘apoio’ ao *campus* local da UNIR, possivelmente para perpetuar o esquema, que é bastante lucrativo, haja vista, por exemplo, os milionários convênios com as hidrelétricas do rio Madeira. Estima-se em milhões o mon-

tante desviado da Riomar”. A pronta atuação Promotoria de Justiça de Guajará-Mirim, que “proferiu parecer contrário à criação de nova fundação, logrou eliminar na causa o problema”.

Na correspondência enviada ao presidente da Comissão de Sindicância do MEC, Gustavo Henrique de Vasconcelos Cavalcanti, o promotor do Gaeco adverte que “as investigações realizadas pelo Ministério Público Estadual versam somente sobre desvio de verbas não-federais (cuja dimensão sem dúvida é menor), sendo a atribuição para apurar lesão ao erário federal do Ministério Público Federal”.

Na opinião da aluna Talyta, os desvios de verbas prejudicaram não só a Universidade, mas toda a população rondoniense. “Faço parte de um projeto que recebeu uma verba da Secretaria Nacional An-

tidrogas [do Ministério da Justiça] para termos um centro de referência aqui em Rondônia. Nós estamos pesquisando o perfil do usuário de *crack* no Estado. Esse centro de referência ofereceria para os profissionais da saúde cursos de atendimento aos dependentes químicos. Fechamos convênio com o governo estadual, divulgamos o curso nas unidades de saúde, mandamos rodar material e quando o professor responsável foi pegar dinheiro para pagar os gastos o dinheiro simplesmente havia sumido”, relata. “Ninguém sabia para onde tinha ido. Neste mês ficamos sabendo que a Secretaria Nacional Antidrogas não renovará o contrato com a UNIR porque perdemos a credibilidade. Quem perde é toda sociedade rondoniense, que ainda não tem um tratamento efetivo aos dependentes químicos”.